



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo
Maria José Paulo Sampaio
José Manuel Mala Nunes de Almeida

O Sr. Presidente: — Vai fazer-se a chamada.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
Alcides Strecht Monteiro.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
Amadeu da Silva Cruz.
António Barros dos Santos.
António Cândido Miranda Macedo.
António Chaves Medeiros.
António Duarte Arnaut.
António Fernandes da Fonseca.
António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Pinheiro Silva.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.
António Riço Calado.
Aquilino Ribeiro Machado.
Armando dos Santos Lopes.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Beatriz Almeida Cal Brandão.
Benjamim Nunes Leitão Carvalho.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.
Carlos Manuel da Costa Moreira.
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
Dieter Dellinger.
Etelvina Lopes de Almeida.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Abel Simões.
Fernando Reis Luís.
Fernando Tavares Loureiro.
Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Herculano Rodrigues Pires.
Herlander dos Santos Estrela.
Jaime José Matos da Gama.
Jerónimo Silva Pereira.
João Francisco Ludovico da Costa.
João Joaquim Gomes.
João da Silva.
Joaquim José Catanho de Meneses.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José Alberto Menano Cardoso do Amaral.

José Ferreira Dionísio.
 José Gomes Fernandes.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís José Godinho Cid.
 Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.
 Manuel Augusto de Jesus Lima.
 Manuel Barroso Proença.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel João Cristino.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário António da Mota Mesquita.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Alvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.
 Américo de Sequeira.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Egidio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Moreira Barbosa de Melo.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando José da Costa.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro.
 Gabriel Ribeiro da Frada.

Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João Afonso Gonçalves.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João Lucílio Cacula Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 João Manuel Medeiros Mateus.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 Jorge Ferreira de Castro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Alberto Ribeiro.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Alvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 Henrique José Cardoso Meneses Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Krus Abecasis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Ruy Garcia de Oliveira.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.
 António Marques Matos Zuzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido Matos Gago.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Pedro Correia Soares.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel Pereira Franco.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro e Sá.
 Victor Manuel Benito da Silva.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Carlos Galvão de Melo.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 237 Srs. Deputados.

Temos quórum. Está aberta a sessão.

Eram 17 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Vamos interromper a sessão até às 18 horas.

Cada partido designará um representante para fazer parte da delegação que irá receber o Sr. Presidente da República à chegada ao Palácio.

Está suspensa a sessão.

As 18 horas deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Secretários da Mesa, a comitiva do Presidente da República, o secretário-geral da Assembleia da República, o chefe, o vice-chefe e os secretários do Protocolo.

No hemiciclo encontravam-se já os membros do Conselho da Revolução, os Ministros, o Ministro da República na Madeira, o Presidente da Assembleia Regional da Madeira, o provedor de Justiça, o procurador-geral da República e os presidentes dos Tribunais da Relação.

Encontravam-se também presentes, nas tribunas e galerias, os Secretários e Subsecretários de Estado, o corpo diplomático, o cardeal patriarca de Lisboa, altas autoridades civis e militares e numerosos outros convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República ocupou lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da União Democrática Popular.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Povo Trabalhador de Portugal: Aqui saudamos entusiasticamente o 25 de Abril!

Há três anos atrás, debaixo da nobre iniciativa dos capitães de Abril e sob o gigantesco impulso dos trabalhadores portugueses, o fascismo caiu com todo o seu rol de misérias e sofrimentos para o Povo, com as suas torturas e os seus campos de concentração, a sua guerra criminosa e assassina. Nas lágrimas da sua alegria, no calor das suas esperanças mil vezes renovadas, no vigor da sua vontade temperada em longos anos de resistência e luta antifascista, o povo português levantou ainda mais alto as suas gloriosas bandeiras de liberdade.

Aqui recordamos e saudamos os mártires e heróis da luta antifascista que foram semeando com o seu sangue generoso o próprio 25 de Abril e se tornaram os próprios símbolos da luta de um povo que jamais foi vergado pelos mais ferozes crimes da ditadura: Humberto Delgado, Bento Gonçalves, Catarina Eufémia, Alfredo Dinis, Militão Ribeiro, José Gregório e tantos outros são marcos bem sólidos da própria liberdade.

Aqui saudamos os generosos capitães de Abril cujo gesto merece a profunda gratidão do povo português e de todas as forças democráticas e progressistas. E, saudando os soldados e oficiais que saíram à rua nessa madrugada de há três anos, consideramos da mais elementar justiça destacar o cérebro militar desse golpe revolucionário, o major Oтелo Saraiva de Carvalho.

Mas saudar o 25 de Abril é sobretudo saber corresponder às amplas exigências democráticas e patrióticas do nosso povo. É saber estar à altura das transformações revolucionárias a que a queda da ditadura fascista abriu caminho. Nestes três anos o povo português realizou algumas das suas aspirações vitais, conquistou direitos fundamentais. Contra todos os obstáculos tem-nos defendido com todas as forças e mostra-se disposto a não abdicar do seu direito à liberdade e a uma vida melhor. Mas também nestes três anos viu ameaçadas as liberdades e compreendeu que não bastava cortar o fascismo pela rama. É preciso arrancá-lo até às raízes.

Tentaram convencer o povo que os monopolistas e os latifundiários, o próprio imperialismo tinham um papel positivo a desempenhar no Portugal pós-25 de Abril. Tentaram prolongar a criminosa guerra colonial. Deixaram crescer livremente a imprensa fascista que diariamente calunias as liberdades.

E quais foram as consequências de tudo isto?

Por duas vezes os fascistas aproveitaram as facilidades que lhes deram para lançar golpes criminosos e sangrentos contra o povo. Todos os dias pela sabotagem económica, pelas bombas, pela calúnia, apoiados pelo imperialismo e pelo grande capital foram fazendo perigar as liberdades e ganhando terreno para os seus sinistros objectivos.

No 28 de Setembro e sobretudo no 11 de Março, o povo compreendeu, que eram a conciliação e a vacilação perante as ameaças reacçãoárias que fomentavam o perigo do fascismo e não a luta revolucionária das massas e a repressão sobre os inimigos da liberdade, como pretendiam os conciliadores e os vacilantes. Em grandiosas jornadas de luta o povo impôs o fim da guerra, dando o braço à luta dos povos das ex-colónias, impôs a nacionalização de importantes sectores da economia varrendo para fora da nossa pátria os Champalimaud, os Melos e outros tubarões fascistas.

No Alentejo dezenas de milhares de trabalhadores lançavam-se nas ocupações de terras, terminando com a exploração dos latifundiários e resistindo, depois, à sabotagem, aos ataques organizados por bandos fascistas, aos incêndios das searas. É esta experiência que dá força ao proletariado alentejano para resistir ao cerco económico, às investidas armadas da GNR, ao isolamento político do capitalismo e do imperialismo que procuram impor. O proletariado alentejano não quer voltar e não voltará aos negros anos da exploração e da fome. Nas empresas os trabalhadores lutaram contra os sabotadores fascistas e impuseram o seu saneamento.

Quando hoje se fala em desagregação e indisciplina nas forças armadas, é preciso não esquecer que estas e o próprio MFA não podiam ficar indiferentes a tão profundas convulsões na sociedade portuguesa. Os oficiais fascistas, com Spínola à cabeça, procuravam virar as armas dos soldados contra o povo, no entanto,

os oficiais progressistas, sobretudo a grande maioria dos soldados recusavam-se a disparar sobre o povo e punham-se a seu lado para levar o 25 de Abril adiante. Nos CTT, na TAP, na Lisnave, os oficiais mandaram os soldados disparar sobre o povo, mas estes recusaram e o 25 de Abril saiu mais forte.

Aqueles que hoje atacam as nacionalizações, o saneamento dos fascistas, as ocupações e a Reforma Agrária, e a luta dos moradores pobres, é o próprio 25 de Abril que estão a atacar. A própria experiência da vida mostrou que para o povo ser livre é preciso reprimir os fascistas e para que o fascismo não volte mais é preciso que se destruam os seus pilares fundamentais: o imperialismo, o grande capital e os latifundiários.

Hoje, três anos após o 25 de Abril, é preciso que os trabalhadores e as forças democráticas não se iludam. A ditadura fascista foi derrubada mas o fascismo não desistiu de recuperar as posições perdidas, de ameaçar as liberdades e as conquistas revolucionárias do 25 de Abril. A classe operária e, sobretudo, os operários das grandes fábricas têm a responsabilidade de encerrar com firmeza a situação actual e no dia de hoje e no próximo 1.º de Maio levantar com firmeza as bandeiras de luta do povo e apontar uma direcção de luta clara que permita unir os trabalhadores e as mais amplas forças democráticas em vez de as deixar perder na vacilação, no medo da luta e na divisão.

O 25 de Novembro trouxe profundas alterações nas condições de luta e vida do povo. Contra todos os que pretendem fazer crer ao povo que o golpe de 25 de Novembro continuou de novo o 25 de Abril, as evidências vieram mostrar, conforme sempre afirmou a UDP, que o 25 de Novembro tornou-se a abertura para a recuperação capitalista. Foi na prática um golpe sobre o movimento popular, desde há muito tentado pelo grande capital e pelo imperialismo.

Não será que os pides conseguiram a liberdade e hoje são ilibados e até elogiados em julgamentos que constituem um autêntico insulto à consciência democrática do nosso povo e aos próprios mártires da luta antifascistas?

Não será verdade que a política de hoje vai sendo feita cada vez mais sem o povo e cada vez mais contra o povo? Se, como alguns dizem, o 25 de Novembro retomou a verdade do 25 de Abril, como se explica que a política de hoje assenta cada vez mais na acção da GNR e da PSP, quando é certo que estas forças foram os últimos sustentáculos do regime fascista e tiveram participação activa nos golpes fascistas do 28 Setembro e do 11 de Março?

A UDP alerta seriamente todos os democratas para o perigo de se colocarem em movimento contra o povo as pesadas máquinas repressivas. A selvática repressão levada a cabo na Madeira pela PSP local a mando do Governo Regional não pode deixar de merecer o mais vivo repúdio e indignação por parte de todo o homem honesto e livre e mostra bem por que é que certas forças ficam tão satisfeitas por verem grandes aparatos policiais a serem enviados contra os trabalhadores. O que elas querem não é uma ordem qualquer: querem a ordem do 24 de Abril; querem o exemplo do Funchal.

As condições de vida e de trabalho do nosso povo não têm deixado de piorar. O Governo pede mais e mais sacrifícios. Falsa e demagogicamente atiram-se

as culpas para cima dos operários da cidade e do Alentejo, como se fossem as suas reivindicações que arruinassem a economia. Mas quem é que nós vemos engordar com esta situação? — são os grandes capitalistas, os intermediários e os especuladores, para os quais, é preciso que se diga, não há crise nenhuma, e estão cada vez mais ricos, como toda a gente pode ver.

São os grandes capitalistas sabotadores, que fugiram com milhares de contos, fizeram milhares de falcatruas, e hoje regressam, são indemnizados e ainda recebem uma medalha de heróis da chamada resistência antigonçalvista. São os imperialistas que recebem chorudas indemnizações, vêem o seu dinheiro valorizado pela desvalorização do nosso escudo, impõem-nos empréstimos ruinosos, interferem a torto e a direito na nossa política interna, chegando o embaixador da Inglaterra ao cúmulo de aparecer a dizer publicamente que ou se muda a lei dos despedimentos ou então não há investimentos ingleses.

Querem convencer o povo de que é sobretudo com o auxílio do imperialismo europeu e americano que vamos salvar a economia. Mas o povo sabe que esses senhores se fartavam de investir antes do 25 de Abril, mas depois de conquistadas as liberdades e quando os trabalhadores exigiam justos aumentos de salários eles trataram de fechar as fábricas e foram-se embora. E se hoje voltam a mostrar-se muito nossos amigos, é porque estarão a obter garantias de que voltarão a investir em condições semelhantes às do 24 de Abril, podendo elevar os preços à vontade e fazer despedimentos quando quiserem, como exigiu o embaixador inglês. Mas não são só vantagens económicas que os imperialistas procuram. Eles querem continuar a usar o nosso povo como base militar para atacar outros povos e o nosso próprio país. A UDP aqui reafirma que é incompatível com a construção de uma pátria livre e socialista continuarmos a permitir que os exércitos imperialistas continuem na nossa terra e os Açores continuem a ser um porta-aviões americano

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — A política, depois do 25 de Novembro, apresentou-se como indo favorecer os camponeses do Norte e do Centro. Mas o que vemos nós? Os caciques fascistas mantêm os seus privilégios, os intermediários continuam a praticar preços de miséria, os adubos e as rações sobem os seus preços e o crédito agrícola fica-se pelas promessas dos Ministros. E o povo mais pobre dos campos, os camponeses, rendeiros, vêem o Governo, sob pressão da CAP, preparar-se para rasgar o único bem que o 25 de Abril lhes trouxe: a lei do arrendamento rural. E os assalariados agrícolas do Norte e do Centro têm visto como os caciques fascistas, que se diziam os grandes defensores do campo, os atacam ferozmente procurando impedir que os sindicatos agrícolas se consolidem e se organizem os trabalhadores do campo.

A UDP já desafiou várias vezes qualquer dirigente político a demonstrar em que é que os interesses dos grandes capitalistas e agrários, dos grandes intermediários e do imperialismo foram prejudicados ultimamente em favor dos trabalhadores, a não ser através das lutas conduzidas pelos próprios trabalhadores. Através da política actual, os ricos estão a ficar cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Esta

não é a política da UDP, esta não é a política do 25 de Abril. E em nome desta política veio falando-se ultimamente do pacto social. Que pacto é esse?

Nestas condições e ao serviço da política actual, esse pacto surge como tentativa de abrandar ou mesmo paralisar as lutas dos trabalhadores.

A UDP alerta todos os trabalhadores e todos os democratas deste país para o verdadeiro significado desta proposta.

Aceitar o pacto social seria pedir aos operários da Guérin, da Mondorel, da Tomé Feteira, da Auto-Reconstrutora e de tantas outras que aceitassem docilmente o regresso dos patrões sabotadores que levaram a empresa à ruína, esquecendo os esforços e canseiras com que os operários as mantiveram de pé até agora.

Aceitar o pacto social seria pedir aos proletários agrícolas do Alentejo que entregassem sem delongas terras ocupadas aos latifundiários fascistas.

Aceitar o pacto social seria pedir ao povo português que aceitasse sem protesto a hipoteca do País ao imperialismo.

Aceitar o pacto social seria, enfim, pedir aos trabalhadores, aos democratas e progressistas que assistissem de braços cruzados aos sistemáticos atropelos da Constituição, como recentemente aconteceu em relação aos trabalhadores da função pública.

Mas não é esse o pacto que o povo quer!

O povo português não quer a anarquia e o caos, pois o que pretende é ter a certeza de que o esforço do seu trabalho serve para edificar a pátria livre e socialista por que luta. Por isso nós dizemos, baseados na experiência destes três anos, que a única política capaz de galvanizar o povo de Norte a Sul, no continente e ilhas assenta em três pontos fundamentais:

Os ricos que paguem a crise;

Para que o povo seja livre há que reprimir os fascistas;

Imperialistas fora de Portugal.

O que o povo quer é que os intermediários parasitas e especuladores sejam varridos para que os preços não continuem a subir esmagando os pobres.

O que o povo quer é uma política contra os monopolistas e latifundiários, sem indemnizações e sem direitos de reserva. É preciso dizer aqui que se este Governo tivesse a mínima intenção de não atirar a crise para cima dos pobres, mesmo estando de acordo como está com as indemnizações, teria toda a autoridade moral e política para se recusar a pagar as indemnizações, porque o povo está a viver com muitas dificuldades e estamos em crise.

O que o povo quer é uma política que castigue os fascistas pelos seus crimes, castigue os pides, reprima severamente os bombistas e cale a imprensa fascista. Os fascistas não têm direito à palavra.

Nós entendemos, apesar de todas as dificuldades, que é possível defender o 25 de Abril e levá-lo até à pátria socialista e livre a que todos os trabalhadores aspiram. É possível encontrar a convergência de forças e a unidade capaz de levar o povo ao Governo que o povo quer: ao Governo do 25 de Abril do Povo. Para isso é preciso que a classe operária, com o sentido da sua responsabilidade, se saiba unir em torno de objectivos de luta de todo

o povo, defendendo a unidade e sabendo levar com firmeza a luta adiante. Nas fábricas tem de ser isolada implacavelmente a política cunhalista que semeia o medo de lutar, a vacilação e a divisão. Os contratos colectivos de trabalho têm de sair cá para fora! O 1.º de Maio tem de ser uma jornada de luta. As superiores aspirações da classe operária não podem ser vendidas por um qualquer pacto social, como os cunhalistas fizeram com a unicidade sindical. A política de duas caras não é a política da classe operária. Da mesma maneira que propagandearam a sua «maioria de esquerda» e depois a abandonaram, os cunhalistas abandonarão sucessivamente todas as bandeiras políticas que levantam, porque são bandeiras esfanrapadas, porque são resultado de uma política que se arrasta atrás das exigências da burguesia. Não pode ser um partido da classe operária aquele partido que não é capaz de segurar com firmeza proletária as suas próprias bandeiras de luta.

O grande comício do PCP (Reconstruído) no Campo Pequeno é a prova de que hoje já existe um verdadeiro partido comunista, combativo, proletário e capaz de respeitar as restantes forças democráticas. Essa força que nos faltou há três anos é uma grande garantia de que hoje as condições estão mais maduras para levar o 25 de Abril para diante.

Aqui deixamos o apelo a todos os democratas para que saibam vencer o sectarismo e seguramente conseguiremos encontrar, apoiados na luta do povo, com o impulso firme da classe operária, os caminhos da unidade e da luta que levem de facto o 25 de Abril para diante nas mãos do povo, que é para quem foi feito.

O Sr. Presidente: — Dou a palavra a um representante do Partido Comunista Português.

O Sr. Octávio Pato (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Comemoramos hoje com profunda alegria e legítimo orgulho a libertação da nossa pátria da odiosa ditadura fascista. Comemoramos hoje, sem sombra de dúvida, um dos maiores acontecimentos em toda a história do povo português: a conquista da liberdade.

No momento em que a revolução portuguesa completa três anos é de inteira e absoluta justiça que, com renovada emoção, saudemos desta tribuna os heróicos capitães de Abril; os valorosos militares do 25 de Abril, a quem cabe o mérito irrecusável de, com o levantamento militar daquela madrugada histórica, terem aberto decisivamente o caminho para a conquista da liberdade e da paz na nossa pátria, pelo que ganharam merecidamente lugar definitivo no coração de todos os portugueses amantes da liberdade.

Prestamos sentida homenagem e expressamos profunda gratidão a todos os antifascistas, a todos os democratas, a todos os patriotas, que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, pleno de heroísmo e de sacrifícios sem conta, empenharam todas as suas forças e energias, muitos enfrentando

as torturas e sacrificando até a própria vida, para que a bandeira da liberdade pudesse um dia ondular na terra portuguesa.

A uns e a outros, aos militares patriotas e às forças da resistência ao fascismo, deve o povo português, em parte essencial, o 25 de Abril.

Hoje, três anos passados, importa saudar, não só os militares obreiros do 25 de Abril, mas importa também saudar todos os militares que depois se identificaram com o seu espírito e com os objectivos da revolução portuguesa. Importa saudar não apenas os mais destacados e activos resistentes ao fascismo, mas também muitos outros milhares de portugueses que, abertas as portas da liberdade, vieram também à luta. Uns e outros integram as forças imensas que, unidas, podem assegurar o feliz prosseguimento da democracia portuguesa.

Celebramos hoje o 25 de Abril através da presença do Presidente da República, dos militares do Conselho da Revolução, do Governo e da voz dos Deputados presentes nesta reunião solene da Assembleia da República, Órgão de Soberania do regime democrático consagrado na Constituição e conquistado pelo povo português através da Revolução de Abril.

A data para sempre gloriosa do 25 de Abril é hoje igualmente comemorada pelas forças armadas e pelo povo português que nas ruas e nas praças de Portugal afirma a sua determinação de defender as liberdades e todas as grandes conquistas democráticas.

Conscientes de que o 25 de Abril não pode ser apropriado partidariamente, nem quanto à sua origem, nem quanto ao seu desenvolvimento, nem quanto à sua projecção no futuro, tudo fizemos pela nossa parte para que, em todas as manifestações e actos comemorativos desta data de enorme alcance patriótico, os antifascistas e os democratas portugueses se sentissem vivendo um clima de fraternidade e de activa solidariedade democrática.

Estamos certos de que, no seu conjunto, as comemorações do 25 de Abril constituirão um muito importante contributo para aproximar os democratas portugueses na procura de soluções viáveis para defender a democracia portuguesa e orientar o País na via da liberdade, da paz, da independência nacional, do progresso social, com a perspectiva do socialismo.

Não é possível evocar o levantamento militar de 25 de Abril, sem evocar o imediato e poderoso levantamento popular que, convergindo com aquele, consolidou a vitória e viria a conquistar, palmo a palmo, as condições para tornar em conquistas populares os melhores objectivos da acção libertadora de 25 de Abril.

E recordar esse levantamento popular não é apenas lembrar o esmagador apoio e estímulo ao Movimento das Forças Armadas, expresso — em termos inesquecíveis — no 1.º de Maio de 1974. É recordar também que os trabalhadores, as massas populares, os democratas, souberam logo nos primeiros dias de liberdade tomar nas suas mãos as mais urgentes tarefas de democratização da vida nacional, assumindo uma responsabilidade e uma participação activa no desmantelamento das posições fascistas, dando os primeiros passos para a renovação da vida nacional.

Reaccionários e conspiradores, mandantes e executantes do borbismo terrorista, colaboradores da

PIDE e Legião, políticos que não têm nem princípios, nem passado, nem presente democrático, destacados exploradores do trabalho dos Portugueses e vendilhões das riquezas de Portugal ao estrangeiro, beneficiários da exploração colonial, profissionais da mentira e do insulto em formato de jornal, conduzem hoje — com uma impunidade que justifica larga indignação — uma campanha para fazer crer que a revolução portuguesa tem sido uma catástrofe nacional, uma sucessão de violências inqualificáveis, uma onda de irresponsabilidade geral, uma afronta à história do País e um descalabro para a vida dos Portugueses.

Hoje, 25 de Abril; é o momento oportuno para afirmar que, sejam quais forem as dúvidas e as inquietações que se perfilam no horizonte, o nosso povo tem razões para estar orgulhoso do balanço de três anos de revolução portuguesa e não confunde críticas ao presente que visam construir um futuro melhor com críticas ao presente que visam voltar ao passado da mais feroz exploração e repressão.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em três anos, a revolução portuguesa, graças à acção do movimento operário e popular e das forças democráticas e da sua cooperação com o MFA e com as forças armadas fiéis aos ideais libertadores do 25 de Abril, alcançou êxitos históricos que modificaram profunda e positivamente a situação nacional.

Foram conquistadas amplas liberdades democráticas que se traduziram na constituição de partidos políticos, na realização de uma dinâmica e intensa vida democrática, na construção de fortes organizações de trabalhadores, de variadas formas de organização popular, indispensáveis para assegurar uma quotidiana participação dos cidadãos na condução dos destinos do País. Durante um largo período, melhoraram as condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa. Com a nacionalização da banca e dos sectores básicos da indústria e dos transportes, com a intervenção do Estado em numerosas empresas para travar a sabotagem, deram-se golpes mortais nos grupos monopolistas e desmantelou-se o capitalismo monopolista do Estado. No Alentejo, anteriormente terra da desolação, da fome, da miséria, do desemprego, mas símbolo da luta heróica do seu proletariado rural, iniciou-se a Reforma Agrária, que abranje hoje um sexto da superfície arável do País e constitui uma base segura e indispensável para uma agricultura moderna e florescente ao serviço do povo e do País.

Deram-se passos positivos no sentido da democratização da educação e da cultura. Estabeleceu-se o controlo operário, símbolo de uma indispensável intervenção dos trabalhadores na defesa da economia nacional. Despontou uma nova atitude, revolucionária e patriótica, perante os problemas do trabalho, da produção, da vida colectiva, da vida nacional.

Finalmente, mas com o carácter e a importância de realização central da revolução portuguesa, foi posto fim à guerra colonial, conquistada a paz, numa importantíssima contribuição para tornar mais próxima a conquista da independência pelos povos submetidos ao colonialismo português.

Sabe-se que em torno da descolonização e do seu acidentado curso e de aspectos dolorosos que em grande parte são consequência ainda da resistência final do colonialismo, se concentram grande parte dos ataques contra o 25 de Abril, contra homens do 25 de Abril, contra as forças democráticas e se exploram miseravelmente ressentimentos e dramas humanos que precisam de soluções sociais e não de manobras reaccionárias.

É oportuno reafirmar hoje aqui e com firmeza que o fim da guerra colonial correspondia a uma imensa aspiração nacional; que a conquista da paz era um profundo e forte desejo das famílias portuguesas atingidas pela morte, pelos ferimentos, pelos traumatismos sofridos ao longo de treze anos por gerações de jovens portugueses; que os mais violentos críticos da descolonização não têm coragem de o confessar, mas a verdade é que as suas soluções significariam sempre a continuação da guerra e da opressão colonial; e que a continuação da guerra significaria, por sua vez, a derrota do 25 de Abril e o fim do regime de liberdade e democracia conquistado pelo povo português.

Contra perigos e ameaças, o povo português, ao longo destes três anos de Revolução, conservou e defendeu as liberdades porque se realizaram profundas transformações na estrutura económica e social do País. O povo português conservou e defendeu as liberdades exactamente porque, liquidando os monopólios e os latifúndios, enfraqueceu profundamente o poder dos principais inimigos da liberdade. Na situação portuguesa, monopólios e latifúndios são incompatíveis com as liberdades democráticas. Quarenta e oito anos de fascismo e três anos de liberdade aí estão para o demonstrar. Na situação portuguesa, liberdades democráticas e outras conquistas da Revolução são indissociáveis e cada passo que hoje se dê ou se consinta dar na direcção da reconstrução do poder dos monopolistas e dos agrários é um passo dado para a liquidação das liberdades.

Defender o 25 de Abril, defender a revolução portuguesa significa hoje respeitar, aplicar e fazer aplicar a Constituição da República.

O 25 de Abril foi possível pela convergência de forças democráticas, civis e militares. O 25 de Abril só poderá ser defendido se se reforçar essa convergência democrática, de civis e militares unidos em torno da Constituição.

Só uma política inspirada nos grandes valores da resistência e nos grandes ideais de liberdade e de progresso social — característicos do 25 de Abril — pode afastar os perigos que ameaçam a democracia portuguesa.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e da Constituição uma política que, enquanto tolera ataques reaccionários contra o regime democrático e readmite fascistas notórios no aparelho de Estado e na magistratura, concentra esforços para dividir os trabalhadores, hostilizar forças democráticas e promover perseguições e saneamentos de trabalhadores e técnicos progressistas.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e na Constituição uma política que despreza a opinião, a capacidade e os direitos dos trabalhadores, que entrega empresas e terras a capitalistas e agrários sabotadores, que arrasta as forças milita-

rizadas para intervenções contra os trabalhadores para consagrar abusos, ilegalidades e prepotências.

Não é certamente inspirada nos ideias de 25 de Abril e na Constituição uma política que, em vez de procurar no campo democrático e nos trabalhadores as energias e vontades para sair da crise, se volta antes, no plano político e social, para os que estão interessados em agravar a crise, em conduzir o País ao desastre e a democracia portuguesa à derrota.

Uma tal política, longe de constituir a base para a resolução dos problemas nacionais, é um perigoso factor do seu agravamento e um indesejável factor de instabilidade política, económica e social.

O País tem diante de si graves dificuldades e sérios problemas. A situação económica e financeira e as ameaças da reacção devem constituir o principal motivo de preocupação dos portugueses e estar no centro das atenções e esforços das forças democráticas.

Mas o caminho para sair das dificuldades só pode ser encontrado no quadro do respeito da Constituição, com base na garantia da defesa das conquistas da Revolução, com o activo apoio e contributo criador dos trabalhadores, com um grande esforço nacional, com o diálogo, o entendimento e a cooperação entre as forças democráticas, designadamente entre comunistas e socialistas.

Risos do PS e PSD.

O caminho para sair da crise, por forma estável e duradoura, exige uma solução política de alternativa que deverá ter a participação de todos os que se identificam sem reservas com a Constituição e intervenham na elaboração de uma indispensável plataforma.

O Partido Comunista Português julga que a melhor forma de assinalar o 25 de Abril, de ser fiel à corajosa luta do nosso povo, é declarar solenemente nesta sessão que, pela sua parte, não poupará nem esforços nem energias para contribuir responsabilmente para a procura urgente das soluções nacionais que a gravidade da situação exige e os interesses dos trabalhadores e do País reclamam. O PCP declara-se, uma vez mais, pronto a examinar atentamente com outras forças democráticas e os Órgãos de Soberania todos os problemas cruciais da vida portuguesa com vista a alcançar uma solução patriótica que permita sair da crise.

Apesar dos perigos, das dificuldades e de legítimas inquietações, o PCP encara o futuro com confiança e está seguro que todos os portugueses amantes da liberdade e da Pátria encontrarão nas próprias comemorações do 25 de Abril fortes razões para encararem também o futuro com confiança.

Estamos igualmente confiantes de que o justo relevo dado às iniciativas dedicadas neste dia às crianças constitua um passo para que a sua personalidade venha a formar-se no amor da liberdade, da verdade e da justiça, e uma garantia de que, no futuro, também elas saberão defender o 25 de Abril e honrar os sacrifícios heróicos que, com os olhos nelas, fizeram gerações de portugueses que não chegaram a ver a luz da liberdade.

Com unidade e trabalho há motivos para ter esperança e confiança.

Hoje, nas cidades, nas vilas e nos campos do Portugal liberto, o povo português, as forças democráticas, as forças armadas, as instituições e Órgãos de Soberania do regime democrático estão proclamando solenemente, contra dúvidas e desânimos, contra acções ou ameaças terroristas, contra conspirações reaccionárias, contra calúnias e insultos, contra propósitos de desforra e de vingança, que a democracia não se submete, que o 25 de Abril não se rende, que em Portugal haverá 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social.

O Sr. Sá Machado (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Deputado centrista, subo a esta tribuna para, em nome do meu partido, celebrar a Revolução de Abril. Faço-o, fazemo-lo, com a consciência tranquila de quem se sabe com legitimidade para tanto e com a emoção de quem pode afirmar ter contribuído, com coragem e também com sofrimento, para preservar da Revolução a sua dimensão democrática e, por esse título, a sua essência popular e patriótica. Legitimidade duramente conseguida ao longo de três anos difíceis, durante os quais, sem desfalecimento, soubemos afirmar e manter um projecto incómodo, porque divergente das várias mitologias que sucessivamente dominaram o curso da Revolução.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A história não deixará de prestar homenagem a essa determinação, cuja eficácia moderadora e de estabilização foi contributo decisivo para que o pluralismo inscrito na Constituição seja hoje uma realidade concreta e não apenas, como alguns o desejaram, cambiante diluído e precário de uma unicidade disfarçada.

No quadro de uma revolução cedo desviada dos seus objectivos iniciais por forças de claro comprometimento internacionalista, levado, no Verão de 75, a um paroxismo alucinante pela necessidade de cumprimento de um plano que tinha sobretudo a ver com a corrida a uma nova partilha da África e em que os interesses portugueses, não só nessa área do mundo, mas também no rectângulo europeu, foram subalternizados com a conviência de alguns nacionais, a proposta moderada, portuguesa e pragmática do CDS tornou-se naturalmente motivo de escândalo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por todas as maneiras o nosso partido foi atacado, vilipendiado e perseguido.

Não desistimos, porém. Valeu-nos a inalterável fidelidade aos valores que inspiram a nossa declaração de princípios, a confiança na personalidade do povo, a nossa fé na democracia e na liberdade. Mantivemos, assim, permanentemente aberta uma alternativa não socialista, europeia e cristã-democrata ao projecto da revolução socialista. Forçámos, desse modo, a manter alargado o espectro da Revolução

e fornecemos, porventura, o lastro necessário para contrariar a tendência aglutinadora e hegemónica da força mais radical e mais bem organizada e com apoios seguros nalguns sectores militares.

Se desde o princípio tudo tínhamos a ver com a Revolução, que nos fizera surgir como partido, e com que detínhamos essa solidariedade essencial resultante da identidade de objectivos e de propósitos — devolver a soberania ao povo, eliminar as injustiças sociais, resolver com honra a questão colonial —, título incontestável passámos a ter após o que foi para nós essa longa travessia do deserto, o combate contra os mecanismos redutores que pretenderam esvaziar de democracia a Revolução, alienar de novo os Portugueses, suprimir a liberdade.

Não o fizemos nós, é evidente. Mas fizemo-lo com grandes sacrifícios, pagámos um preço muito alto, foi nosso o testemunho porventura mais pesado.

E fizemo-lo sobretudo de maneira pura, sem capitulações nem seguidismos. É por isso que hoje dizemos com emoção, mas também com firmeza, e com firmeza que não admite réplica ou contradita, que nós também fomos a Revolução. A Revolução que centamente quiseram os militares do 25 de Abril; a Revolução que foi traída pelas aventuras totalitárias; a Revolução que finalmente triunfou com o 25 de Novembro. Revolução democrática, em suma, que foi possível reconduzir aos limites de uma rotura de há muito necessária para devolver aos Portugueses a sua dignidade de cidadãos e para substituir, em relação a um espaço e sobre povos histórica e humanamente caros ao coração português, os laços da dominação política por aqueles mais perduráveis, porque justos, da fraternidade na igualdade e no respeito pela vontade livremente declarada.

Mas uma rotura que não fosse mutiladora da arquitectura espiritual do povo, que preservasse a identidade nacional e a constelação dos valores que lhe servem de suporte.

Uma rotura ainda e sempre dominada, para que as forças desencadeadas não viessem a transformar-se de factores de emancipação e progresso em instrumentos de destruição e anarquia, inelutavelmente conducentes à regressão que inverte o sentido da história e que, chama-se stalinismo ou nazismo, constitui a aberração mortal do totalitarismo.

Uma rotura, enfim, que extirpasse o que havia de podre, de injusto ou violentador; mas que respeitasse essa qualidade imponderável que nos justifica como Nação independente, que se exprime na nossa cultura e na nossa língua e nos confere o direito de sermos nós próprios e não outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos sabemos, aí de nós, como o sentido da rotura operada pela Revolução foi em largos passos do seu percurso, de maneira concertada por uns, e irresponsável, por outros, ampliado e desvirtuado de modo a transformá-la de instrumento do reencontro do País consigo mesmo e as suas verdades profundas na tentativa de destruição da identidade nacional e de sabotagem dos seus fundamentos morais e espirituais. De maneira concertada por aqueles a cuja estratégia interessava a criação do caos que conduziu à dissolução do Estado e à destruição sistemática de muitos dos entrepostos da defesa civil.

De maneira irresponsável por outros, produtos exemplares dessa ignorância histórica da democracia que constitui herança trágica do antigo regime, os quais, no atrevimento da sua mediocridade, pensaram poder utilizar as armas confiadas ao Exército pelo povo, como se de um património pessoal se tratasse.

Importa apontar aqui esses desvios que perverteram a Revolução, não porque nos anime um qualquer espírito de vingança, que recusamos, por não acreditarmos que seja possível construir qualquer coisa digna e útil sobre uma moral de ressentimento e de vindicta, mas porque pensamos que a profunda angústia que hoje envolve a sociedade portuguesa, que alimenta a amargura das vítimas da descolonização e que perturba as forças armadas nos exige, a todos, que exorcizemos, quando celebramos da Revolução o seu espírito libertador, o que nela existiu de frustrante e negativo; para que, de maneira conscientemente assumida, possamos enterrar os ódios, esquecer os agravos, curar as feridas.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É em torno do espírito autêntico do 25 de Abril, que é também o do 25 de Novembro, congreguemos esforços na salvação do presente e na construção do futuro. Um futuro livre, democrático e justo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A reflexão crítica que é lícito fazer sobre a Revolução pode ser dura. Muitos a farão certamente com amargura ou desespero. Simplesmente, e por paradoxal que isso possa parecer, tal atitude demonstra objectivamente a vitória da Revolução, a vitória da primeira e mais importante das suas conquistas, aquela que, por maiores que tenham sido os seus custos e evitáveis os sofrimentos, bastaria para salvá-la e para que hoje, com esperança renovada, a possamos celebrar. Porque a democratização e a liberdade aí se revelam e exercitam. A liberdade e a democracia que a Revolução nos trouxe e que, se soubermos incorporá-las como valores do nosso quotidiano, se pudermos vivê-las como uma prática natural e concreta de todos os dias, nos darão o ânimo e a inspiração para tornarmos realidade as esperanças, ainda adiadas, do povo português a uma vida mais digna de ser vivida.

Por isso não aceitamos o ponto de vista daqueles que da Revolução apenas sublinham os aspectos negativos, os desvios, as injustiças. Estamos à vontade para dizê-lo. É legítimo falar em conquistas da Revolução e é justo recordá-las: a devolução da soberania a um povo que de há muito se habituara a ver os seus destinos decididos sem participação e sem consulta; a elaboração de uma Constituição política por representantes legítimos do povo e que traduz o resultado de opções livres e autónomas do eleitorado, daí retirando a força que a todos obriga; o reconhecimento do valor e da dignidade essenciais da pessoa humana e a consagração dos direitos, liberdades e garantias que exprimem, salvaguardam e defendem esse valor e essa dignidade; a consagração do princípio da subordinação do poder económico ao poder político; a eleição livre de um parlamento pluralista, perante o qual o Governo deve ser responsável; a escolha, por sufrágio universal e directo, do Presidente da República, a quem, na pessoa do

general Ramalho Eanes, rendemos o preito da nossa respeitosa homenagem; a abertura de profundas perspectivas para a conquista de novas fronteiras de participação e presença dos trabalhadores na vida colectiva; a criação de condições para fundas reformas estruturais da nossa sociedade; o estabelecimento da paz e o reconhecimento pelo Estado português do direito de todos os povos à autodeterminação e à independência; a abertura de Portugal a todas as nações do mundo. Estas são algumas das conquistas efectivas da Revolução. Esquecê-las ou silenciá-las seria grave injustiça para aqueles que, de boa fé e generosamente fizeram o 25 de Abril. Constituem elas um património transcendente, que nem os desentendimentos, os erros ou as injustiças que ocorreram durante a Revolução devem obliterar ou diminuir.

Porque é falso dizer que em democracia o preço natural das liberdades é a desordem, a criminalidade e a insegurança dos cidadãos.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Porque é falso considerar-se a democracia responsável pela destruição das empresas, pelo descalabro do sector nacionalizado da economia, pelas deficiências do sistema de saúde, pela alta dos preços, pela lentidão com que são encarados os problemas dos desalojados, pelo aumento do desemprego, pela queda do investimento, pelo progressivo endividamento externo, numa palavra, pelas incertezas, as injustiças e as incapacidades que continuam a projectar-se sobre a nossa vida colectiva.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Nada disso é culpa da democracia. Nada disso é culpa da liberdade. Nada disso resulta do respeito que queremos ver definitivamente estabelecido pelos direitos do homem no nosso país.

Neste 3.º aniversário do 25 de Abril é necessário e urgente que os nossos compatriotas compreendam, sem excepção, que não é com nostalgias de um passado definitivamente morto que se pode construir o futuro e que compreendam também que uma coisa é o regime — a democracia — e outra coisa o Governo. Que sem democracia o nosso papel no mundo, o nosso orgulho de sermos portugueses, o nosso contributo para as grandes tarefas que se impõem aos povos livres, serão reduzidos a uma expressão nula, violentadora da nossa dignidade e da nossa história.

A democracia é a nossa grandeza, a plataforma para recriarmos, como o fizemos há quinhentos anos, o nosso projecto nacional. A democracia é a forma de olharmos confiantes o futuro; de entrarmos, solidários, na Europa; de sermos perante milhões de homens, que no Mundo se exprimem em português, os herdeiros dignos e dignificados de uma língua e de uma cultura que são vínculos de fraternidade, de tolerância e de convivência. A democracia é a forma de sermos, na Europa e no Mundo, os portadores de uma mensagem profundamente cristã e libertadora na defesa dos direitos humanos. Porque só nós conseguimos, num curto lapso histórico, essa espantosa vitória de nos libertarmos de tutelas totalitárias de sinais opostos.

Por tudo isso, e porque só ela dará sentido à Revolução, a democracia é para todos nós uma grave

e delicada responsabilidade. Mas é-o acima de tudo para quem, por força das opções do eleitorado, detém as rédeas do Poder. Não é esta a hora do discurso político, porque ela é, mais do que isso, a da reflexão histórica. Mas a história faz-se com os homens e com as instituições. E perante a história é-nos lícito proclamar, com simplicidade mas com convicção, que em Portugal, em Abril de 77, se impõe aos governantes um profundo exame de consciência. E não só aos governantes, mas a todos os portugueses.

Que todos possamos ser dignos e estar à altura de responder positivamente ao desafio que a história hoje nos põe. Esse é o da consolidação da democracia, de reconstrução do Estado, da mobilização coerente das enormes virtualidades de um povo que já mais de uma vez foi capaz de influir decisivamente nos destinos do Mundo.

Se o conseguirmos, então nada terá sido em vão.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Vou agora dar a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Conselho da Revolução e do Governo, Srs. Deputados: Ao usar da palavra neste acto solene em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, permita-me V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, que comece por exprimir a muita honra que os Deputados sociais-democratas sentem em ser esta solenidade presidida pelo Sr. General Ramalho Eanes. É V. Ex.ª, na longa história pátria, o primeiro Presidente da República livre e directamente designado em eleições democráticas pelo povo português; é V. Ex.ª, por virtude das funções constitucionais que assumiu por decisão popular, o garante e o fiel supremo das nossas instituições políticas democráticas; é V. Ex.ª a pessoa a cuja capacidade, lucidez de espírito e decisão os Portugueses justificadamente confiaram e confiam a orientação última dos negócios do Estado no presente período político.

A presença de V. Ex.ª na Assembleia da República, neste dia de muitas solenidades e manifestações por aí fora animadas, quicá, de intenções desencontradas senão divergentes, não deixará de revestir, para a grande maioria dos portugueses, um profundo simbolismo político. Também nós, Deputados, fomos democraticamente eleitos pelo povo português; somos, no topo do Estado, a consciência pluralista correspondente às correntes e opiniões políticas mais significativas que agitam e vivificam a grei; a nós pertence em cada momento a tarefa de exprimir publicamente, com lealdade e discernimento, com independência e imparcialidade, os valores, os interesses e preocupações partilhados pelos que directamente nos mandaram; somos — e devemos sê-lo sempre cada vez melhor — o lugar moral onde se ouvem e harmonizam as vozes diversamente timbradas de todos os portugueses, dos que vivem nos vários recantos e ilhas de Portugal e dos que se espalham à ventura pelo Mundo.

Estão reunidos assim, num mesmo rito parlamentar, o Presidente da República e a Assembleia da República. Isto será decerto para muitos um sinal

inequívoco de que à firme determinação colectiva do povo português para viver em democracia corresponde do lado dos seus representantes directamente eleitos a decisão inabalável de em democracia enfrentarem e resolverem as dificuldades e problemas com que todos se defrontam nesta hora.

Um povo, para viver em liberdade, não pode alimentar-se de espectros e fantasmas, bons ou maus, nem ficar-se pela adoração ou exprobação do passado, qualquer que seja a importância transacta dos acontecimentos, fastos ou nefastos, que o povoam. Por se basear na dignidade do homem e se abrir à invenção permanente, a democracia depende da existência de uma mentalidade colectiva afeita às interrogações e à busca de novidades, exigindo para viver duradouramente a atmosfera da crítica, do futuro e da esperança. Há-de ser, pois, com cautela e em esforço de sublimação capaz de o transcender que os democratas se abalançam à comemoração de qualquer facto da história. Para merecer a comemoração ele tem de possuir ainda significado actual. De outro modo cair-se-ia em passadismo estéril e contrário à essência de um princípio vital para a democracia. António Sérgio, esse vulto ímpar do pensamento político português, dizia lapidarmente ser preciso «falar da história com o olhar no futuro». E daí que a comemoração de hoje nos ponha perante esta pergunta: será o 25 de Abril de 1974 um facto político expressivo de algo que nos interesse por hoje e por amanhã?

Sem pretender julgar na sua inteireza acontecimentos tão complexos e ricos de consequências, gostaria de deixar vincadas aqui, numa Assembleia que é, ela mesmo, até certo ponto, um dos seus efeitos históricos, três ligações simples que do 25 de Abril parecem poder tirar-se para o nosso futuro imediato.

A primeira tem a ver com o merecimento e o êxito da luta pela liberdade política. Gerações e gerações de resistentes e inconformados, sem deitar conta a renúncias e privações, a torturas e à morte, mantiveram o ânimo e a decisão de restituir a uma pátria oprimida a sua liberdade perdida. Muitos ficaram pelo caminho sem conhecer o êxito do seu empenhamento. O 25 de Abril foi o coroar desse calvário de coragem e de esperanças. As forças armadas, tomando finalmente consciência da grande crise nacional em que o País se debatia, puseram termo à opressão, comprometendo-se a devolver ao povo a escolha das suas instituições e dirigentes políticos. Valeu, pois, a pena tanta tenacidade e persistência de muitos portugueses na luta pela reconquista de uma dimensão essencial da dignidade humana.

A segunda lição tem a ver com a necessidade do funcionamento e eficiência dos sistemas políticos. É uma evidência o facto de os Portugueses, na sua generalidade e no dia-a-dia de suas vidas, terem suportado pacientemente, sem grandes lutas violentas e protestos espectaculares, um regime de opressão que, apesar de tudo, ia satisfazendo as necessidades que tinham por mais prementes e imediatas. É certo que a repressão era violenta e não escolhia meios. Mas foi quando se tornou clara a incapacidade do sistema para vencer uma crise nacional centrada numa economia bloqueada e numa guerra absurda e sem saída que o conjunto das forças armadas ganhou consciência e alento para o derrube. O braço

armado da Nação pôde ser assim accionado eficazmente quando o regime se revelou incapacitado para resolver os problemas vitais do povo. Nós, democratas, em caso algum podemos esquecer tal lição.

A terceira lição tem a ver com o sentimento de liberdade inerente ao Povo português. Os acontecimentos do 25 de Abril, na verdade, revelaram também que a opressão, sobre ser contra a natureza moral do homem, fere um sentimento espontâneo hoje muito caro aos Portugueses. Pois não foi um espectáculo inolvidável esse a que se pôde assistir naqueles dias de Abril de uma alegria e de uma esperança palpáveis que se derramavam pelas praças e ruas de Portugal? Esse gosto natural pela liberdade foi talvez o melhor antídoto contra as forças obscuras que durante o ano de 1975 tramaram a perdição da nossa esperança democrática. Então, o povo simples e anónimo soube defender com denodo aquilo que já sentia como bem que não podia perder.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Uma relativa passividade de décadas não testemunhou, pois, em desfavor da existência de um sentimento de liberdade inato aos Portugueses. Para a paz na nossa comunidade seria bom que saibam desta lição os que ainda acalentem desejos de, para um fim ou outro, acorrentar de novo Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E contudo... apesar dessas e de outras lições, apesar das suas enormes repercussões na comunidade interna e internacional, nada nos pode autorizar a atribuir ao 25 de Abril valor mágico e absoluto. Não foi um milagre nem uma perdição, como parecem ainda acreditar alguns e os seus contrários. É um facto histórico com muito de positivo e algo de negativo — sim, um facto que teve também a sua face trágica que não é hoje ocasião de lembrar. Do que não há dúvida é de que tem muito a ver connosco e com os nossos filhos, sendo por isso fácil falar dele com o olhar no presente e no futuro. Não estará aqui uma boa razão para ser comemorado conjuntamente com a realidade que transcende os singulares factos do passado, presente e futuro que é a própria Pátria?

O Partido Social-Democrata quis comemorar este aniversário do 25 de Abril chamando a atenção dos Portugueses para a exigência da promoção dos direitos do homem na nossa sociedade e, ao mesmo tempo, lembrar a necessidade de uma urgente conversão da mentalidade pública aos valores e princípios da democracia. Trata-se de tarefas que nos parecem essenciais à sobrevivência e progresso das actuais instituições políticas nascidas em correspondência com os designios que animaram os soldados e o povo em Abril de 1974. Elas tocam nas próprias bases morais e culturais da democracia.

Suponho que ninguém de boa fé e de espírito atento duvidará da oportunidade desta lembrança e apelo. Pelo que toca ao respeito e promoção dos direitos humanos, todos conhecem a frequência com que diariamente são por aí violados direitos tão elementares como o direito à vida e à segurança pessoal; todos sentem a existência de camadas inteiras da

população — em especial as constituídas pelos que não dispõem de poder reivindicativo, como os velhos, os rurais, os doentes e reformados — que continuam a viver tragicamente abaixo do nível de vida compatível com a dignidade; todos imaginam as privações por que têm de passar muitos jovens para conseguirem — se conseguem — uma educação conforme à sua capacidade e trabalho. Dir-se-á que a nossa viagem ainda mal começou e que a promoção satisfatória de tantas e tão diversas exigências requer tempo e meios materiais. Mas também é certo que importa que cada um ganhe a consciência dos seus próprios direitos e que ninguém caia na tentação de não fazer aos outros a justiça possível ou, quando a faz, de pensar que faz um favor.

Por outro lado, muitos hábitos e dogmas adquiridos e aceites ao longo de tantos anos de menoridade política teimam em subsistir na consciência pública portuguesa. Assim, a acreditarmos em sociólogos e historiadores de ideias, os estados de opressão tendem a fazer nascer, no meio do povo que os sofre, filosofias de salvação traduzidas na predição do advento de um estado social último e perfeito para se chegar ao qual é legítimo sacrificar o presente, incluindo a própria liberdade. Talvez nesta possível lei da história esteja a explicação para a cegueira pelas utopias que teima em subsistir entre nós, mesmo depois que a todos é efectivamente reconhecido o direito de participar na vida política e de participar, pela democracia, na realização de um mundo novo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Pela inércia adquirida do passado muitos continuam a sonhar com a Índia e a deixar crescer a erva na eira — como escreveu um grande poeta e pensador português. Ora a democracia, se vive do realismo crítico e da imaginação crítica, morre sempre às mãos destas ilusões sebastianistas ou destas utopias alienantes.

A Sr.^a **Helena Roseta (PSD): — Muito bem!**

O **Orador:** — Assim, continua viva na mentalidade colectiva uma certa tentação ou nostalgia pela ortodoxia política. Continua a pensar-se por aí, consciente e inconscientemente, que em política verdade é igual a uniformidade, valendo a crítica como ofensa, a oposição como pecado, a diversidade como absurdo. E mesmo em muitos que julgam acertar o passo pelo reconhecimento do pluralismo das crenças e das opiniões, não raro mostram que dessa ideia se utilizam tão-só para ornar o discurso.

Assim, continuamos a viver numa mentalidade político-administrativa construída sob o signo do centralismo, tão característico e útil para as ditaduras, consumadas ou tentadas, antes ou depois do 25 de Abril. É urgente que a opinião pública repense o próprio Estado para dar a vida e expressão à filosofia consubstanciada na Constituição, concebendo-o como entidade complexa onde o poder se reparte e se contrabalança entre órgãos centrais e órgãos regionais e locais, como convém à liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — E seria um nunca mais acabar das razões práticas que moveram o Partido Social-Demo-

crata a lembrar nesta comemoração solene do 25 de Abril e neste dia de Portugal a necessidade e a vantagem de uma ofensiva cultural para a conquista ou reconquista dos pressupostos morais e culturais da democracia que o fascismo comprometeu. Trata-se de refazer e preservar a seiva de que terá de se alimentar o futuro político que o povo já escolheu.

Era trágico se os nossos pensadores, moralistas, intelectuais e pedagogos não sentissem a urgência da tarefa e se não empenhassem nesta longa obra de reforma da mentalidade portuguesa. Muito aqui depende dos que tomam por modo de vida o inquirir, o indagar e o ensinar, sem cair nas seducções de qualquer «quietação dogmática» ou na tentação de qualquer novo-riquismo provinciano. É que não basta ler ou soletrar as Declarações Universais e a Constituição; é preciso captar de modo crítico e prospectivo a sua mensagem, e quem trabalha nas oficinas e nos campos não tem os vagares de espírito para isso necessários.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril devolveu ao Povo a saudável confiança em si próprio; o 25 de Abril prometeu aos Portugueses o respeito pelos direitos, liberdades e garantias inerentes à dignidade humana; o 25 de Abril garantiu a justiça social, que passa por transformações económicas e sociais realizadas de acordo com as leis da liberdade; o 25 de Abril tornou possível, em suma, a institucionalização da democracia em Portugal.

Nesta hora, honremos, pois, aqueles que de mil e uma formas o levaram a cabo e aqueles que igualmente o não deixaram perder quando a cobiça de alguns e a obediência de outros a estranhos contra ele atentaram.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. **Salgado Zenha (PS): —** Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução; Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Alguém disse que não sabia o que era a liberdade, pois apenas conhecia a libertação. Direi antes que a libertação é o começo da liberdade. Durante quase meio século Portugal viveu oprimido pela tirania. 1974 é o ano da libertação que neste momento comemoramos.

A Revolução do 25 de Abril surgiu como um movimento antifascista. Uma revolução e um movimento não se reduzem, porém, à definição de um inimigo; o seu significado profundo resulta do que se pretende ao derrotar-se esse inimigo. A unidade táctica para alcançar a vitória não pode ser substituída abusivamente por uma unanimidade contrária ao sentimento nacional e imposta ditatorialmente. A unanimidade está para a unidade tal como a opressão está para a democracia. O futuro de nós todos terá de ser construído por todos nós — à volta de um projecto comum realizado em liberdade e emergente da vontade popular.

O antifascismo não poderá ser nunca um fascismo ao contrário, mas deverá ser o contrário do fascismo,

ou seja, a democracia em todas e com todas as suas implicações. Assim como o contrário da tirania não é a anarquia mas a liberdade, também o contrário do despotismo fascista não é o despotismo antifascista mas a democracia, ou seja, o regime em que vivemos.

A liberdade não é só a abolição da tirania, é também transformar a esperança em realidade.

A tirania instala-se num dia e pode durar um século. O sonho, a esperança, o desejo não ganham corpo num espasmo de cólera, de ira ou de força. A esperança não se plasma no concreto por nenhuma técnica explosiva mas tão-só pela prática implosiva da persistência, do trabalho, do estudo e da inteligência.

Essa esperança para nós, socialistas, é o socialismo em liberdade. Em liberdade porque não consentiremos que ela jamais desapareça da terra portuguesa. Liberdade é, antes de tudo, tolerância. Não há liberdade sem tolerância. A intolerância é um mal que entre nós vem de longe — desde os tempos da Inquisição. A intolerância religiosa da monarquia seguiu-se a intolerância anticlerical e até anti-religiosa da República, que se voltou de novo durante a ditadura num fanatismo sórdido de instrumentalização das crenças religiosas para fins profanos e discriminatórios. A liberdade só se instaura pelo exercício da liberdade. É um atentado à inteligência humana pretender-se que de um qualquer despotismo, mesmo que supostamente iluminado ou progressista, poderá um dia desabrochar a liberdade — espontânea e anestésicamente. A liberdade gera a liberdade. A ditadura reproduz a ditadura.

A liberdade é, antes de tudo, tolerância. É por isso que não há na história do mundo exemplo de uma só ditadura tolerante. O poder absoluto corrompe absolutamente. Toda a ditadura é intolerante. Todo o intolerante é um ditador que se ignora. E só a tolerância vivida e praticada frutifica. A simplesmente predicada pela palavra e negada pelo acto não é tolerância; é a hipocrisia dos candidatos a ditadores. Foi assim que procederam João Franco, Salazar e Caetano.

A alienação do homem encontra a sua origem não só na sua exploração económica como na sua coerção pelo medo e pela sua perseguição. Só é livre o homem sem fome e sem medo. O mandamento máximo da liberdade é: não perseguirás. A dialéctica alternativa do opressor e do oprimido é uma herança das angústias acumuladas pelo sofrimento que só pode ser rompida pela prática da tolerância. Sem ela, não haverá nunca verdadeira liberdade.

A esperança é para nós, socialistas, a liberdade, mas também o socialismo em liberdade.

O povo português encontra-se, hoje, perante uma encruzilhada histórica do seu caminhar, num momento comparável às grandes crises de crescimento da consciência e da identidade nacional, como 1383, 1640, 1820 e 1910. Há que assumi-lo e superá-lo. Não há que chorar o passado, há sim que construir um futuro digno do nosso povo e da nossa história. Quem não se orgulha do seu passado não tem direito ao futuro. Os complexos africanos ou colonialistas representam a fixação repressiva no recordar obliterado não do passado mas de um passadismo patológico. O legítimo orgulho do nosso passado é a alavanca da criação do porvir. Libertámo-nos do fascis-

mo e do colonialismo. Isso é mais um motivo de orgulho para nós. O futuro de Portugal está no reforço nacional. E não há solidariedade nacional senão na liberdade e na justiça social. O patriotismo saudista dos privilégios e das injustiças de outrora não é patriotismo; é antipatriotismo. Nem merece do passado glorioso da nossa história quem a rememore para morrer e não para vencer. O futuro de Portugal está no socialismo em liberdade.

As grandes linhas do novo modelo de vida institucional apontado pela Constituição são um incentivo para o nosso trabalho.

O povo português escolheu o general Ramalho Eanes para seu Presidente da República. Saúdo-o como homem da melhor ténpera portuguesa, de «antes quebrar que torcer» — não poderia ser escolhido melhor timoneiro.

Aplausos, de pé, dos Deputados do PS, PSD e CDS.

Saúdo também na pessoa dos conselheiros da Revolução aqui presentes os capitães de Abril, os homens do MFA — nossos companheiros de luta no passado, no presente e no futuro.

Aplausos gerais.

Saúdo ainda os Deputados desta Assembleia, sejam quais forem os partidos a que pertençam. Todos nós representamos o Povo português e no confronto das nossas divergências e convergências saberemos evitar a unanimidade parda e baça que amolece e corrói.

Saúdo finalmente, mas no primeiro lugar do meu coração, o povo português, cujas virtudes e méritos sem par são o penhor da nossa vitória.

Aplausos gerais.

Porque havemos de vencer. Querer é poder. Viver é vencer. Por isso, nós queremos, podemos, vivemos e venceremos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Na madrugada do dia 25 de Abril acordei estremunhado com a notícia de que o Exército se revoltara contra a ditadura e se propunha reintegrar Portugal na senda da civilização.

Vesti-me à pressa e no fim da madrugada estava no único posto que me era acessível: a redacção do jornal «A República», velho baluarte indomável e indomado, que, verticalmente, se batera sempre pela dignidade cívica deste país.

Aplausos dos Deputados do PS, PSD e alguns do CDS.

Ao subir a minha rua íngreme até atingir a Escola Politécnica quase que me ia faltando o ar.

Risos.

Sentia sobre o peito o peso de quase cinquenta anos de arbítrio, recordava-me comovido, da minha vida e dos que eram como eu: uma mocidade sacrificada, muita dela frustrada, o rosário infinito das amarguras e das desilusões passadas pelos seus mortos e pelos que envelheceram na dura caminhada.

Lembrei-me das cadeias, minhas e dos outros, as nossas deportações, os longos exílios, a odisseia das famílias, a dor dos amigos.

Ao atingir o cimo da calçada, as lágrimas corriam-me pela cara e com elas as lágrimas dos que a mim se juntaram, conhecidos e desconhecidos, como se se tivessem abento de par em par os gonzos das catacumbas.

Seria possível? Teria chegado a hora? O que era aquilo?

A pouco e pouco fui tomando consciência e serenando os nervos. À minha volta apareciam cravos vermelhos de todos os lados, como se Lisboa se despovoasse e arrancasse esses cravos dos jardins ou das estufas que eu nunca pressentira.

Chegavam aos ouvidos canções de libertação. A *Grândola Morena* que eu já ouvira pela telefonia transformava-se em multimodo e multiforme coro popular.

Não havia dúvidas: ao velho combatente chegara a sua hora.

Os jovens capitães e a sua tropa desfilavam pelas ruas, tomavam posições, cercavam o Quartel do Carmo, onde o ditador se acoitara ensimesmado e perplexo. Aproximei-me da Rua de António Maria Cardoso tão minha conhecida quando por ela passava a caminho da PIDE e junto às portas desta assisti a um carnaval esquisito dos que entravam e saíam, dos que ameaçavam e não eram dominados. Uma confusão que ainda hoje não consigo explicar.

Mas o resto era aquilo que estava à minha frente, um país que se erguia da letargia de 50 anos de opróbrio, e ali estava na rua, mulheres, muitas mulheres, homens, muitos homens, jovens criaturas às centenas e aos milhares.

Portugal acordara naquela madrugada do dramático e demoníaco intervalo e propunha-se honrar a sua história, procurando os caminhos do futuro, que nunca, por nunca serem, poderiam ser os da ilegalidade e da tirania.

Na verdade Fernando Pessoa tinha razão — o Pessoa que já não vivera a hora — quando nos asseverou em certa altura de que vale a pena e só não vale a pena para os que têm a alma pequena.

Efectivamente, uma coisa fora a milícia que nos dominara e amesquinhara, e outra o povo que jamais claudicara nem perdera as esperanças, porque sempre tivera uma alma grande que nem todos os ditadores juntos conseguiram perverter.

A história desse povo ainda está por contar e merece bem ser recordada, na singeleza das suas existências precárias, na valentia dos que se não rendem — vencidos mas não convencidos — esse povo que povoara os campos do extermínio, e vivera doridamente exilado dentro da sua própria Pátria.

Que venham os escritores, que venham os prosadores e os poetas, os artistas plásticos e os inspirados da música, que consigam finmar para a eternidade a gesta maravilhosa que ondeava por cima da multidão, uma afirmação viril de heróica inconformidade.

Fora sempre assim, aliás, a história desse povo que se batera nas barricadas de 1383 e nas barricadas de 1640, nas agruras das lutas liberais, vencendo os ditadores do tempo e que, em 5 de Outubro de 1910, maltrapilhos e deserdados, ergueram nos seus punhos a

República imortal, fincando para sempre na Rotunda um regime, que, empobrecido e desfeitoado, nunca deixou de ser o símbolo, com o seu hino e com a sua bandeira, o grande farol rotativo de fé inabalável.

Mais uma vez ele aí estava, a pouco e pouco por todo o País, vindo para a rua, acamaradando com as forças armadas, na tarefa comum de nos fazer gente.

Foi esta emoção, a profunda emoção, abraços por todos os lados, beijos de mulheres simples, que transformaram a manhã numa autêntica sinfonia, guiada pelo mestre invisível que era a consciência nacional.

Foi esta a minha manhã de 25 de Abril de 1974. Com igual comoção a evoco no momento solene em que comemoramos todos juntos a irreversível vitória da Liberdade.

Irreversível vitória da liberdade, repito!

Irreversível porque seria ofensa grave a este povo alguém pensar um dia que poderíamos regressar às cavernas da demissão.

Irreversível porque ela, a vitória, resultou da argamassa feita com sangue, suor e lágrimas de tantas gerações. E a propósito de gerações teremos de acentuar, mais uma vez, que o conceito de geração não flui de uma concepção temporal, mas sim de uma linha de rumo comum, em que se inserem o primado das franquias populares e a ansiedade desenvolta do progresso social. E tanto assim é que nas mesmas cadeias, nas mesmas deportações, nos mesmos exílios e em iguais vigílias, foi sempre frequente acamaradarem alguns dos homens que fizeram a República e as idades subsequentes. Isso só pode acontecer quando o motor das justas reivindicações é accionado pela força de todos os homens livres.

Tratava-se e trata-se de resistência. A resistência física infelizmente falível em alguns, e a resistência espiritual que não escolhe idades.

Fui testemunha deste facto histórico e é com redobrada exaltação que relembro os mais velhos, os do meu tempo, e agora os jovens portugueses de todos os quadrantes, que por aí estão, nem sempre compreendidos, demonstrando que a escola reacçãoária e as violências do poder jamais amorteceram o ímpeto generacional e, neste caso particular, a viva consagração da inconformidade, essa inconformidade que seria o espanto, por um lado, e por outro talvez o remorso de Salazar e de Caetano.

A liberdade é como as árvores das grandes florestas: só se lhes pode tomar a grandeza quando um dia decepadas, ou prostradas no solo.

E será essa liberdade de que jamais prescindiremos, a alavanca das tarefas que se impõem, pois tudo é possível dentro dela e nada fora dela. A liberdade que constituiu o motivo das nossas canseiras e sacrifícios, e ninguém pense que a afastaremos do nosso caminho por maiores que sejam as promessas ou as aventuras de quaisquer totalitarismos.

Liberdade que foi o bálsamo idealista e ingénuo dos mais velhos, mas que é agora um dimensional imperativo de consciência, pois que não basta a enunciação e a efectivação da livre escolha, mas sim a concretização prática e eficiente dos grandes postulados da reabilitação do homem de sempre, ou seja, a liberdade de uma vida mais justa e melhor em que a socio-economia moderna transforma o Lázaro numa entidade solvente e concreta — o pão de cada dia, a riqueza distribuída, a planificação das activi-

dades fundamentais, enfim, o socialismo que está na base do nosso destino.

Aplausos dos Deputados do PS, PCP e alguns do PSD.

É este o problema, preservarmos as liberdades e com elas o jogo constitucional dos poderes do Estado, e procurarmos as grandes linhas de rumo que nos conduzirão ao socialismo democrático.

Tarefa ingente? Sem dúvida, mas tarefa digna de nós, que teremos sobre os ombros a responsabilidade de construir a sociedade portuguesa.

E que tipo de sociedade é esta que nos coube em sorte?

Portugal alcançou a sua cidadania; destruiu a repressão, instalou a democracia política e antes, lançou-se à tarefa difícil da descolonização. E ainda as aberturas fraternais com todo o mundo.

Herdámos do fascismo a própria negação da vida. Éramos então sub-homens.

A economia, a miséria, o isolamento, constituíam os cambiantes deste quadro alucinado. Durante cerca de 50 anos o País vivera entre grades que tocavam o físico, e maltratavam o espírito.

Como esperar outra coisa que não fossem as crises de adaptação, o ajustamento com as realidades, enfim, um novo estilo europeu e civilizado.

Como seria natural, e como já disse noutro passo, nem tudo foram rosas no desfolhar das nossas esperanças. Muitos espinhos e alguns muito agudos, feriram a nossa sensibilidade e colocaram-nos por vezes nas fronteiras do cepticismo. Vencemos o que podíamos vencer, mas ainda há muito que fazer na reformulação paciente e prudente do nosso complexo.

Injustiças sociais continuam a existir, um oportunismo desvairado toca, aqui e ali, as fronteiras do impudor.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: ... Mas isto é uma sociedade de homens, e como homens que somos, temos de obedecer às contingências da nossa condição. Mas temos de reagir, temos de lutar e alguns de nós poderão ficar pelo caminho.

É a tragicomédia de todas as civilizações. Assim aconteceu com o Mediterrâneo Oriental, com o Helenismo e com a própria Civilização Grega, com a pujança jurídica da Civilização Romana, com as contradições da Revolução Industrial, com as glórias e desastres da Revolução Francesa, e com a modificação estrutural de certos tipos de civilização com o advento da experiência comunista.

Universalmente foi assim, não esquecendo as mutações surpreendentes operadas noutros continentes, desde o Norte de África às paragens longínquas do Oriente, com a crepitação social das Américas.

Não pudemos fugir à regra, também nós tivemos a nossa conta, com a factura dos regimes de excepção, mais marcadamente e mais cruelmente com os 50 anos de fascismo.

Aproximando-nos dos tempos que estamos a viver, ficamos reduzidos territorialmente, quase às proporções do Portugal da Idade Média, aquele Portugal que dera novos mundos à civilização comum, e que

depois se viu reduzido aos parâmetros da nossa estreiteza territorial.

Quando tudo indicava, após a queda do fascismo que deveríamos estabelecer uma perfeita e leal unidade nacional, isso não sucedeu.

Razões discutíveis por um lado, e desregramentos por outro, colocaram-nos dentro de conjunturas extremamente difíceis, e só a resistência tradicional dos portugueses alcançou, embora não definitivamente, um clima de dignidade que importa defender com ânimo viril.

Economicamente débeis, pela condição geopolítica do nosso agregado, com o problema pungente do regresso dos nossos compatriotas africanos e asiáticos, despovoados os campos pelo êxodo da emigração, fruto da incapacidade e inépcia do totalitarismo, afastados do mundo pelo isolamento imposto, sem treino cívico, as perspectivas reclamavam entregas totais e generosas vigílias.

No meio da confusão que parecia ser o prefácio da catástrofe, descolonizámos, apertámos ao peito os corações sobressaltados dos nossos compatriotas em crise, abrimos as urnas, votámos livremente, escolhemos os deputados às Constituintes, elaborámos a Constituição, elegemos a Assembleia da República, escolhemos o Presidente da República e instaurámos juridicamente as nossas autarquias locais. E circulando livremente atravessámos as fronteiras à procura da compreensão e da amizade dos países sem os quais não era possível viver, passámos a receber as mensagens materiais e espirituais dos que em nós confiavam.

Era um Portugal novo que emergia do caos e desafiava o futuro.

A passo e passo, persistentemente, criámos ou recriámos a nossa civilização.

Mas persistem alguns erros, mantêm-se e renovam-se situações nem sempre felizes, mas tudo isto é a consequência natural de um crescimento impetuoso, partindo do zero e pesquisando as alturas.

Trabalho, este sim ciclópico, ao contrário do ciclópico de Marcelo Caetano, que tudo tem de vencer: a inércia, a cumplicidade, a indiferença, a simulação e as tentativas de perversão.

Aprovada a Constituição, instalado o I Governo Constitucional, com a liberdade nos nossos escudos e os poderes do Estado em funcionamento, eis-nos na grande encruzilhada: ou vencemos ou sucumbimos.

Mas iremos vencer, porque possuímos a alma grande, muito longe da alma pequena de que nos falava a tal poesia angustiada de Fernando Pessoa. E com os pés fincados na terra que é a nossa, outra alegoria do poeta excepcional que se chamou Adolfo Casais Monteiro, iremos vencer.

Mas vencer com reflexão, com inteligência, em paz civil e política, agarrando no pedaço que nos resta e fazendo dele uma entidade solvente que será glória nossa e garantia do destino dos nossos filhos e nossos netos.

E aqui estamos, Sr. Presidente da República, Srs. do Governo, Srs. do Conselho da Revolução, Srs. Magistrados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Aqui estamos com os tais pés fincados na terra, rodeados de amigos que são todos os que pensam a Revolução, de inimigos que são os que não acreditam nem querem acreditar, e dos indiferentes que

não são uma coisa nem outra, antes pelo contrário, desculpem-me a fórmula popularucha.

Risos.

Aqui estamos capitães de Abril, a comemorar a vossa gesta, o vosso arranque viril, a garantia das forças armadas na prossecução da nossa idealidade.

Aqui estamos povo português a dizer-vos que valeu a pena sofrer para vivermos juntos a hora alta da nossa recuperação, fiéis ao pacto que convosco assinámos de honrar as urnas e servir o País.

O pacto vai continuar a ser honrado.

O 25 de Abril foi mais que uma Revolução. Foi sobretudo a reintegração da nossa Pátria nas sendas desfeitas pelo arbítrio e pela violência.

Se alguns ficarem pelo caminho, paciência, mas uma coisa é certa: nem todas as violências juntas conseguirão demover-nos do caminho traçado.

Senhores de uma democracia política, temos como figura cimeira o honrado Presidente da República que nos coube em sorte.

Vamos reconstruir esta Nação com muito suor, com algumas lágrimas e quem sabe se com algum sangue. Mas vamos reconstruí-la com a nossa fé, com as armas leais do Exército, com o denodo e isenção dos governantes e com o regular e harmónico funcionamento dos poderes do Estado.

Daqui dirijo uma saudação ao Sr. Presidente da República; o grande timoneiro da nau da esperança. Saúdo também no Governo a sua dedicação e o seu tremendo sacrifício. Mas saúdo igualmente e enternecidamente o povo humilde e trabalhador da nossa terra, os que aqui estão, os que estão longe de nós e os que procuram o nosso carinho e a nossa solidariedade.

Finalmente, em nome da Assembleia representativa da vontade dos Portugueses, apeto contra o meu coração a gloriosa Revolução de 25 de Abril — o seu exército e o nosso Povo.

Viva Portugal!

Viva a República!

Aplausos gerais, com toda a Assembleia de pé.

O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, meus Senhores, Portugueses: Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de Abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reasumidos: votou — e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade.

Hoje, plenamente instituídos os órgãos do Poder, a Assembleia da República, que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que o País está presente nos seus mandatários e nos seus responsáveis.

Pesam sobre a nossa geração sacrificada as agonias do império, as dores de uma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento de um povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se.

Em Abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da demo-

cracia. Em Novembro de 1975, apoiados pela PSP e pela GNR, ...

Vozes: — Muito bem!

Aplausos do PS, PSD e CDS, de pé

O Sr. Presidente da República: — ... de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje desfilarão nas ruas de Lisboa, reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores.

A elas, todas elas, se deve privilegiadamente a liberdade de que hoje se fez uso nesta Assembleia.

Esta Assembleia da República recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da Revolução na realidade concreta do dia-a-dia dos cidadãos.

Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado.

O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançámos na construção de um país diferente, de uma pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigámos a proteger? Que é feito do trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestámos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir?

Srs. Deputados: Os compromissos que firmámos com o povo que a todos elegeu impõem que reflitamos nas responsabilidades, como esse mesmo povo crescentemente reclama.

Somos uma geração de sacrifício: Quantos de nós, em busca do pão ou por força do dever, abandonámos a terra e a família, o País e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros da morte, da violência, da injustiça?!

Somos de facto uma geração de sacrifício.

Mas é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de Abril não venham a ser um sonho traído.

No seu trajecto histórico o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da Pátria, a identidade cultural, a dignidade da Nação. Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do Mundo; para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os Portugueses.

Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de Abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: As ameaças que o País enfrentou nestes últimos anos não chegaram para impedir que o povo português definisse livremente o projecto político da nova sociedade. A disputa política quase levou à confrontação violenta entre as forças enpenhadas na democracia pluralista e as forças interessadas em novas ditaduras.

O 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objectivos, as metas e os caminhos que hão-de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na construção de um país mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos horizontes da vida.

Será querela inútil pretender basear nas leis fundamentais do País novas guerras da disputa do Poder.

Esta Assembleia recolhe em si mesma a parte mais nobre dos ideais de Abril que do projecto parlamentar fizeram um objectivo principal. A essa responsabilidade corresponde uma função essencial — a condução do processo democrático. Mas corresponde ainda a exigência de tornar viável um modelo constitucional, respondendo sem hesitações nem adiamentos às dúvidas que ainda existem e que deixam Portugal sem normas claras de orientação nos campos económico e social.

Não se pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.

Não se pode violar lá fora os preceitos que aqui se votam. Os que tentam em simultâneo a conquista do Poder através do voto e através do golpe excluem-se voluntariamente do convívio democrático em que têm lugar.

Portugal viveu inundado de palavras e embriagado de promessas. Do vaivém dos profetas da abundância ficou-nos um país empobrecido e um povo atónito. O que antes lhe era negado, invocando as várias heranças, passou agora a ser adiado, invocando a crise.

O povo português aceita as consequências do passado que sepultou, conhece no seu quotidiano as dificuldades do presente e vê cada vez mais incerto o futuro. Não aceita, porém, a fatalidade da crise, do plano inclinado do empobrecimento, do regresso a piores condições de vida.

Sobram-lhe as palavras de polémica e de promessa — aguarda com sacrifício as soluções concretas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As dificuldades que enfrentamos não podem apagar a imagem do País em convulsão em que até há pouco vivemos.

Persistem, é certo, os efeitos das sementeiras de violência e de ódio e as consequências da desorganização do aparelho de Estado, programada e sistematicamente executada pelos assaltantes do Poder.

A partilha política da Administração Pública também facilita as manobras daqueles que vivem à sombra da função sem a servir.

Não falta mesmo quem enjeite responsabilidades, atribuindo os males e a indisciplina sociais à liberdade recuperada.

Temos, porém, de reconhecer que o País tem desfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais que os mais optimistas não se atreveriam a prever há dois anos atrás.

Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade. Para lhe dar continuidade é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações que se vão tornando desespero e sobretudo descobrir os caminhos de mobilização do povo português para modernizar o País e vencer a crise. Há que reabrir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou.

Um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma sólida base social de apoio às medidas de salvação nacional que se reclamam.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. Presidente da República: — Não é difícil reconhecer que, para além da negociação das naturais divergências, de ideologia e de programa, a mobilização do povo português para a modernização do País passa também pela capacidade de colaboração entre os homens sobre quem pesa a responsabilidade da liderança dos movimentos políticos.

Ficaram do passado ligações e compromissos, assim como barreiras de desentendimento. A solidariedade que há-de unir os Portugueses na recuperação do País põe aos responsáveis a exigência de subordinarem os laços pessoais de um passado comum aos apelos do futuro a construir.

A intolerância introduzida na sociedade portuguesa mantém ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País. Não podemos fugir à realidade da nossa integração num espaço em que a competência e o mérito têm um prémio para além das fronteiras. Precisamos de quadros, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos.

A recuperação da economia e a absorção do desemprego não se resolverão unicamente com os grandes investimentos que ao sector público compete lançar. Estas metas nacionais dependem em larga medida do dinamismo da iniciativa privada.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente da República: — A regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento é por isso objectivo que o aparelho de Estado tem de conseguir com rapidez. Há que introduzir no mercado financeiro novos agentes ou novos métodos que respondam à celeridade de decisão que exige o funcionamento de uma economia moderna.

Aguardam apreciação desta Assembleia diplomas importantes para a regulamentação das instituições representativas dos trabalhadores. Na ausência de ordenamento legal, todos os dias se assiste a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente da República: — A maioria dos trabalhadores não aceita livremente este tipo de actuações, que mais cedo ou mais tarde lhe roubariam o pão

e a liberdade. É por isso urgente regulamentar a greve, assim como os modos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. Presidente da República: — Da voz desta Assembleia nasce a legalidade. O seu silêncio é fonte de arbítrio.

Srs. Deputados: Passado o período de violência política, avoluma-se a insegurança pelo crescendo das violações à pessoa e aos haveres dos cidadãos. As consequências desta situação adivinham-se graves. Importa reconhecer frontalmente que as forças de segurança — PSP, GNR e Polícia Judiciária —, se encontram, apesar dos seus esforços, que é de justiça aqui realçar, manietadas. Há disposições que, em nome da defesa da liberdade dos indivíduos contra o Estado, deixam ambos à mercê da violência dos marginais da política ou dos profissionais do delito. Não pode esta câmara dos representantes do povo ignorar as ansiedades e o medo que vêm assaltando a população. A verificar-se o agravamento da situação, a tranquilidade será restabelecida com as medidas de excepção adequadas. O melhor modo de defender as liberdades e os direitos consagrados pelas leis fundamentais do País é impedir que eles sejam quotidianamente desrespeitados.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente da República: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: Em 14 de Julho do ano passado jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente da República: — Uma nação é um corpo que só colectivamente se justifica, conquistando o direito à existência independente pelo esforço conjugado de todos.

Sabemos todos, por duras experiências vividas, até nesta Assembleia, que os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados no decurso destes três anos. Temos conseguido sobreviver aos desvios, mas estamos a pagá-los com duros sacrifícios. Não é possível continuar a esbanjar o pouco que nos resta.

O mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País, a identidade nacional e o desbloqueamento da angústia colectiva perante o presente e perante o futuro.

Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver.

Aplausos do PS, PSD e CDS (de pé) e do PCP.

Para tal contribuirão, com igual espírito, as forças armadas como parcela integrante da democracia e da Pátria Portuguesa.

Não haverá mais transferências de responsabilidades políticas porque todos os meios necessários à defesa da democracia estão à disposição dos poderes políticos.

Só a eficácia da democracia permite manter a estima do povo pelo regime democrático.

E é ainda a defesa da democracia que exigirá a procura de alternativas que a garantam.

Nesta hora do nosso destino de nação independente, não é legítimo ignorar a crise que nos ameaça: o estado da nossa economia, as contradições que dilaceram a nossa sociedade.

Vivemos a primeira oportunidade democrática em meio século. O esforço consciente de cada um fará desta oportunidade uma vitória do povo português e de Portugal.

Aplausos gerais, com toda a Assembleia e toda a assistência de pé.

O Sr. Presidente: — Está encerrada a sessão.

A banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo o Hino Nacional, acompanhado em coro pelos Srs. Deputados e por toda a assistência, que no final aplaudiram mais uma vez o Sr. Presidente da República.

Realizou-se então o cortejo de saída, composto pelas mesmas individualidades.

Eram 20 horas.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Álvaro Monteiro.

António Alberto Monteiro de Aguiar.

Fernando Jaime Pereira de Almeida.

Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.

Francisco Alberto Pereira Ganhitas.

Francisco do Patrocínio Martins.

Francisco Soares Mesquita Machado.

João Soares Louro.

José Borges Nunes.

José Cândido Rodrigues Pimenta.

José Manuel Niza Antunes Mendes.

Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.

Mário Manuel Cal Brandão.

Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

Sérgio Augusto Nunes Simões.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Eduardo José Vieira.

Manuel Joaquim Moreira Moutinho.

Mário Fernando de Campos Pinto.

Nicolau Gregório de Freitas.

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Ángelo Alberto Ribas da Silva Vieira.

António Simões Costa.
João Gomes de Abreu de Lima.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.

Independentes

Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDACÇÃO, *Januário
Pinto.*

PREÇO DESTE NÚMERO 10\$00

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA